

REQUERIMENTO
(Do Sr. Jovair Arantes)

Requer o envio de indicação ao
Ministro da Justiça

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhada ao Ministro da Justiça a Indicação, anexa, que sugere a adoção de providências urgentes quanto a violência vivida pelos Técnicos da Receita Federal, no exercício de suas funções na fronteira Brasil-Paraguai, e para determinação de que a Polícia Federal tome frente nas investigações do crime ocorrido em Mundo Novo/MS, onde um Técnico da Receita Federal foi assassinado e teve seu corpo carbonizado.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2006.

Deputado Jovair Arantes



A211EF3336

INDICAÇÃO N.º , DE 2006
(Do Sr. Jovair Arantes)

Requer o envio de indicação ao Ministro da Justiça, sugerindo a adoção de providências urgentes quanto a violência vivida pelos Técnicos da Receita Federal, no exercício de suas funções na fronteira Brasil-Paraguai, e para determinação de que a Polícia Federal tome frente nas investigações do crime ocorrido em Mundo Novo/MS, onde um Técnico da Receita Federal foi assassinado e teve seu corpo carbonizado.

Reivindico providências, esclarecimentos e soluções quanto a violência vivida pelos Técnicos da Receita Federal, no exercício de suas funções na fronteira Brasil-Paraguai.

Solicito ainda, a adoção de providências no sentido de determinar que a Polícia Federal tome frente nas investigações do crime ocorrido em Mundo Novo/MS, onde um Técnico da Receita Federal foi assassinado e teve seu corpo carbonizado.

Justificativa:

Nos últimos meses, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a violência aumentou contra estes servidores na fronteira do Paraguai. Chegando a gerar alguns incidentes graves como, por



A211EF3336

exemplo, um ônibus avançar sobre o veículo da Receita Federal, Técnicos agredidos por sacoleiros e até um seqüestro no município de Mundo Novo/MS.

Infelizmente, a violência não gerou apenas incidentes, houve também um caso demasiadamente grave, o qual solicito a atenção dos Senhores e das autoridades competentes, um Técnico da Receita Federal foi assassinado em Mundo Novo/MS, e teve seu corpo carbonizado, a causa do crime atualmente está sendo investigado pela Polícia Civil do Mato Grosso do Sul.

Porém, pela seqüência de eventos naquela região, a investigação deveria ser feita pela Polícia Federal, órgão que detém a competência para agir nas fronteiras.

Sr. Presidente, são os Técnicos da Receita Federal que estão na linha de frente no combate ao crime organizado nas fronteiras e o Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal – Sindireceita aponta algumas conclusões a respeito do aumento de violência contra servidores da Receita Federal na fronteira com o Paraguai: a primeira é que o combate à pirataria, ao contrabando, ao tráfico de armas e drogas tem surtido efeito; o segundo: há claramente o deslocamento de criminosos da cidade de Foz de Iguaçu/PR, para a cidade de Mundo Novo-MS; o terceiro: nem a Receita Federal nem a Polícia Federal estão se adaptando para enfrentar esta nova realidade, porque o número de efetivo neste local é insuficiente.

O Sindireceita esclarece ainda, que apesar de Foz de Iguaçu ter notoriedade nacional em virtude da Ponte Internacional da Amizade e do número de sacoleiros que diariamente transitam por ela, a região mais perigosa na fronteira do Brasil com o Paraguai localiza-se nas centenas de quilômetros de fronteira seca no Estado do Mato Grosso do Sul. Quando a repressão em Foz do Iguaçu aumenta, os criminosos se deslocam para a fronteira no Mato Grosso do Sul, menos vigiada pela Receita Federal e pela Polícia Federal. Portanto, é necessário reforçar a presença destes órgãos naquele Estado, com aumento de efetivo de servidores.

Os servidores do fisco federal sabem dos riscos que correm ao pleitearem uma vaga através de concurso público. Mas este risco é inaceitável e tem que ser combatido pelas autoridades competentes, que não podem se omitir em tomar algumas atitudes para diminuir os riscos a que estão sujeitos os servidores.

Neste sentido, o Sindireceita apresentou algumas propostas ao Secretário da Receita Federal, para minimizar estes riscos. São elas:



1) Regulamentação da Lei 11.118/2005 que concedeu o porte de arma para defesa pessoal para os Técnicos da Receita Federal;

2) Expedição de novas carteiras funcionais que deixe claro o direito do Técnico da Receita Federal de portar arma para defesa pessoal;

3) Estabelecimento de que os servidores da Carreira de Auditoria da Receita Federal possam requisitar força policial quando necessário, expressa nas novas carteiras funcionais;

4) Inclusão da Secretaria da Receita Federal no sistema de segurança pública tendo poder de polícia na área de fronteira;

5) Criação de uma retribuição especial aos servidores que atuam em atividades de risco, como às relacionadas ao combate do contrabando e descaminho, como forma de incentivo à permanência nas fronteiras ou em atividades de risco. Desta forma mantém-se a experiência em áreas críticas na Receita Federal;

6) Fortalecimento da Divisão de Repressão ao Contrabando, Descaminho e Pirataria (Direp) com contratação de Técnicos da Receita Federal e disponibilização de recursos e equipamentos.

Nestes termos, solicito providencias no sentido de que a Polícia Federal tome as rédeas da investigação e para que se faça mais presente na cidade de Mundo Novo/MS.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2006.

Deputado Jovair Arantes



A211EF3336